

## A TEXTUALIDADE NO TERMO DE DECLARAÇÃO DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE HOMICÍDIO SEM AUTORIA CONHECIDA

Maria Izabel Plath da Costa – UFRGS<sup>1</sup>

**RESUMO:** *O Termo de Declaração é o registro, pelo policial, do depoimento dos participantes nos procedimentos policiais. É texto especializado porque gira em torno de uma temática específica, sendo produzido por especialistas da Polícia Judiciária. Embora inexista normativa que estabeleça o modo de elaboração desse texto, a análise de um corpus representativo, formado por seis TDs de inquéritos policiais de homicídios sem autoria conhecida, mostra que todos os exemplares analisados apresentam elementos microestruturais recorrentes. Os policiais que os elaboram seguem uma espécie de tradição na transposição da fala para a escrita. Mostramos, nos textos especializados jurídico-policiais que formam o corpus, os fatores mais relevantes que são responsáveis pela textualidade e, também, os aspectos macro e microestruturais recorrentes em todos os textos.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Termo de Declaração – Texto jurídico-policial – Polícia Científica*

**RÉSUMÉ :** *Le Terme de Déclaration est le registre, par le policier, du dépôt des participants dans les procédures policières. Est un texte spécialisé parce que belle autour d'une thématique spécifique, et est produite par des spécialistes de la Police Judiciária. Bien que n'existe pas aucune normative qui établisse la manière d'élaboration de ce texte, l'analyse dans un corpus représentatif, formé par six TDs d'enquêtes policières d'homicides sans responsabilité connue, montre que les exemplaires analysés présentent des éléments microstructuraux récurrents. Le policier qui l'élabore suit une espèce de tradition dans la transposition de la parole pour l'écriture. Nous montrons, dans les textes spécialisés juridiques-policiers qui forment le corpus, les facteurs les plus pertinents qui sont responsables de la textualité mais, aussi, les aspects macro et microstructuraux récurrent dans tous les textes*

**MOTS CLÉ :** *Terme de Déclaration – Texte juridiques-policiers – Police Scientifique*

### INTRODUÇÃO

No Termo de Declaração, doravante TD, o policial registra os depoimentos dos participantes nos procedimentos policiais e instrui, por meio desses registros, o procedimento que foi instaurado para apurar o crime ou a infração penal. Neste artigo, através de um *corpus* representativo formado por seis TDs de homicídio sem autoria conhecida, sendo três de testemunhas e três de acusados, mostramos os fatores mais relevantes que são responsáveis pela textualidade e, também, os aspectos macro e microestruturais recorrentes, presentes em todos os textos, de acordo com os

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, linha de pesquisa Lexicografia e Terminologia: relações textuais. / belplath@hotmail.com.

pressupostos de Beaugrande e Dressler (1981) e de Hoffmann (1998). Diante da diversidade dos documentos que são produzidos na Delegacia de Polícia, escolhemos tratar de TDs, relacionados a homicídio, em função da potencialidade ofensiva de um crime que atenta contra a vida. Outro fator que motiva a escolha pelo TD é a importância desse tipo de registro em meio à rotina de trabalho do Policial Civil, considerando que não existe norma que determine a forma e o conteúdo de elaboração desse documento.

Cabe salientar que, para compor o *corpus*, buscamos textos que diferem em relação à época em que foram produzidos, aos policiais e ao crime que apuram, sendo, portanto, um TD por inquérito. Considerando a diversidade cultural dos agentes policiais, uma vez que o curso superior para o ingresso na função policial é exigência dos últimos dez anos, tomamos o cuidado de compor uma amostra com textos produzidos por profissionais que têm curso superior completo, com o intuito de conferir maior homogeneidade à amostra dos dados.

O presente artigo teve origem em pesquisa realizada no curso de especialização em Estudos Linguísticos do Texto e constitui-se em uma pequena contribuição para a Polícia Civil brasileira, pelo fato de dar a conhecer um tipo de texto importante, dado que é uma das principais peças do inquérito policial, haja vista a possibilidade de indiciar ou inocentar um acusado ou um suspeito. Entretanto, em que pese à sua importância, o estudo deste tipo de texto, ao que parece, é escasso sob o enfoque dos Estudos Linguísticos, talvez pelo fato ser documento confidencial, manipulado apenas em caráter investigativo, constituindo um foco de interesse específico por parte dos seus usuários mais diretos.

Em relação aos usuários mais diretos, insta destacar que a maioria dos estudos sobre os textos jurídicos privilegia o Poder Judiciário. Nesse sentido, Plath (2009, p. 246) descreve as linguagens jurídicas sob a forma de pirâmide, composta, na base, pela Polícia Judiciária ou científica (fase investigativa); no meio, pelo Ministério Público (defesa da ordem jurídica) e, no topo, pelo Poder Judiciário (julgamento e sentença). Por estar no alicerce da pirâmide, a Polícia Judiciária não é considerada quando do estudo dos textos jurídicos e, por isso, os textos policiais são pouco explorados nos estudos linguísticos.

A estrutura do artigo compreende, inicialmente, a seção dos fundamentos teóricos, na qual abordamos os conceitos básicos que guiaram a observação do *corpus* sob exame. Após isso, segue a caracterização do objeto sob estudo, a identificação de alguns dos fatores da textualidade e a descrição dos elementos microestruturais mais marcantes. Finalizando, refletimos sobre o estudo que foi desenvolvido.

## FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A compreensão de um texto depende, além dos significados nele expressos, também das informações exteriores a ele, que são muito importantes para a sua significação. No caso dos textos sob enfoque, o TD agrega valores extralinguísticos que

pressupõem uma visão referencial, contextual e situacional, considerando o tipo de comunicação, que é especializada; os produtores do texto, que são especialistas, e a relação social que o texto estabelece, que é a instrução do processo penal.

Os textos especializados representam um conjunto de características típicas contextuais (situacionais), funcionais e estruturais (gramaticais e temáticas). Dentre tais características, é destaque a forte coerência pragmática e semântica. O objeto de comunicação, em consonância com o sistema de conhecimentos, domina os elementos do texto e a sua distribuição (HOFFMANN, 1998, p.155). A coerência de dado texto depende de uma série de fatores, alguns dos quais pretendemos comentar, em conformidade com os pressupostos de Beaugrande & Dressler (1981).

A textualidade diz respeito ao conjunto de características que difere o texto de uma seqüência de frases. Beaugrande e Dressler (1981, p.3ss.) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade: a coerência e a coesão, que estão relacionadas com o material conceitual e lingüístico do texto, a intencionalidade, a informatividade, a aceitabilidade, a situacionalidade e a intertextualidade, ligadas aos fatores pragmáticos envolvidos na situação comunicativa.

A coesão corresponde ao modo como as palavras e frases que compõem um texto são conectadas entre si numa seqüência linear, por dependências de ordem gramatical, dentre as quais, a elipse e os tempos verbais; e de ordem lexical, que se faz pela reiteração, substituição e pela associação. Desse modo, o conceito de coesão textual abrange todos os processos de sequencialização que asseguram ou tornam recuperável uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual. A coerência é o sentido do texto e envolve aspectos lógicos, semânticos e cognitivos.

Em relação aos fatores pragmáticos da textualidade, apontados pelos autores, a intencionalidade é o empenho do produtor em construir um texto que satisfaça os objetivos que ele tem em mente em dada situação comunicativa. A aceitabilidade condiz com a expectativa do consulente, de que a seqüência de ocorrências que lhe é apresentada seja coerente e coesa. A situacionalidade é a adequação do texto à situação sociocomunicativa, e diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto, no contexto em que ocorre. A informatividade é a medida na qual as ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal. A intertextualidade faz a utilização de um texto dependente do conhecimento de outros. Como refere Jenny (1979, p.14), a intertextualidade designa não uma soma confusa e misteriosa de influências, mas o trabalho de transformação e assimilação de vários textos, operado por um texto centralizador, que detém o comando do sentido.

Halliday e Hasan (1976, p.4) consideram que a coesão estabelece relações de sentido no texto, correspondendo ao conjunto de recursos semânticos por meio dos quais uma sentença se liga com a que veio antes, denominando os recursos coesivos como elos ou laços coesivos. Nesse prisma, a coesão é condição necessária, mas não suficiente, para a criação do texto. Apontam a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical como sendo os principais fatores de coesão.

Por sua vez, no que se refere ao *corpus*, entendemos como um conjunto de dados representativos da comunicação de determinada área especializada, sendo que a sua utilização confere legitimidade ao trabalho por permitir a observação da linguagem em uso. A definição que empreendemos é a proposta por Sanchez e Cantos (1996, p.8-9), que refere *corpus* como um conjunto de dados lingüísticos pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou ambos, sistematizados segundo critérios determinados, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso lingüístico ou de algum dos seus âmbitos, dispostos de tal modo que propiciem resultados vários e úteis para a descrição e análise.

Desse modo, entendemos que o *corpus* é composto por textos especializados, considerando a autoria, os objetivos e a estratégia de comunicação. Conforme Hoffmann (1998, p.77), o texto especializado é o resultado de uma atividade comunicativa sócio-produtiva especializada, compondo, assim, uma unidade estrutural e funcional, formada por um conjunto ordenado e finito de orações coerentes pragmática, sintática e semanticamente, ou de unidades com valor de oração, que correspondem à realidade objetiva.

## TERMO DE DECLARAÇÃO

Para Travaglia (1991, p.56), cada tipo de texto é apropriado para um tipo de interação específica. Filiamo-nos à visão do autor, e entendemos os TDs como textos jurídico-policiais que integram a prática textual vinculada ao inquérito policial conduzido pela Polícia Civil brasileira, sendo dirigidos a policiais, a advogados, a promotores de justiça e a juizes. Esses textos correspondem ao registro, pelo escrivão de polícia, de declarações de indivíduos que testemunham ou que são vítimas, acusados, informantes, infratores ou suspeitos em uma ocorrência de ilícito penal. Conformando uma das principais peças do inquérito policial, as declarações contidas nesse texto, muitas vezes, configuram a materialidade necessária à acusação ou à inocência do indivíduo, sobretudo em casos de homicídio. As condições de produção são singulares, visto que o policial deve registrar a situação comunicativa que se estabelece, simultânea ao ato de escrita, entre a Autoridade Policial e o depoente, da maneira mais fidedigna possível.

Nos homicídios sem autoria, o TD pode levar à elucidação do fato, considerando a prova testemunhal como a *rainha das provas*, e, portanto, formadora de materialidade. Se as declarações não forem bem conduzidas, quando levadas a termo, o depoente tem de ser reinquirido no decorrer do processo investigativo. Muitas vezes, até a reinquirição, o intimado pode ter mudado de endereço e não ser encontrado, fazendo com que muitos inquéritos repousem sobre as prateleiras das delegacias de polícia de todo o Brasil, à espera de diligências. A necessidade contínua de reinquirição pode contribuir para que a impunidade se perpetue.

O TD necessita, assim, aglutinar as informações com a tessitura necessária à boa compreensão do que foi dito. São textos manipulados por pessoas que necessitam deles obter dois pontos de vista totalmente distintos: o da acusação e o da defesa.

## MÉTODO DE ESTUDO

O *corpus* é formado por seis TDs, que consideramos representativos da categoria. Juntamos textos de inquéritos diferentes, produzidos por seis policiais da Primeira Delegacia de Polícia de Alvorada, com formação superior.

Os textos foram digitados, e não escaneados, com vistas a manter em sigilo as partes envolvidas; porém, a digitação primou pela manutenção de forma e do conteúdo neles expressos, conforme constam nos procedimentos policiais. Assim, os TDs que compõem a amostra estão reproduzidos tal como na forma original, a exceção dos nomes e endereços dos depoentes, policial e autoridade policial, para atender a preceito legal de sigilo.

Na substituição dos nomes das partes, para a testemunha adotamos a nomenclatura de BELTRANO; para a vítima CICLANO e, para o indiciado, FULANO, a fim de que o contexto do depoimento fique compreensível. Não obstante, omitimos também o número da ocorrência policial de que trata o depoimento, bem como as datas.

O *corpus* é formado por seis textos, sendo três de acusados e três de testemunhas de homicídio. Neste artigo mostramos um texto do acusado e um da testemunha, porque a amostragem não pretende ser exaustiva, mas representativa.

O texto 1 é o do acusado, e o 2 da testemunha. Foi adotado, como sistema de marcação, o grifo de todas as conjunções integrantes *que* ocorrentes nos textos. Assim, os textos que apresentam a conjunção integrante *que* em fonte maiúscula foram construídos deste modo pelo escrivão de polícia que os produziu. Para o aspecto quantitativo da repetição do *que*, foram contadas as palavras do texto a exceção da parte onde o TD é padronizado, sendo contabilizadas, portanto, apenas as palavras das declarações do depoente.

A seguir, passamos à exposição dos TDs e à identificação das características macro e microestruturais mais marcantes.

## CORPUS DE ESTUDO

A seguir apresentamos os dois textos representativos do *corpus*, sendo o texto 1 as declarações do acusado, e o texto 2 da testemunha.

### Texto 1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

*Cadernos do IL*. Porto Alegre, n.º 38, junho de 2009. p. 98-107.  
<http://www.seer.ufrgs.br/cadernosdoil/>

1ºDRM – PRIMEIRA DELEGACIA DE ALVORADA  
POLICIA CIVIL – RS

**TERMO DE DECLARAÇÕES**

Aos xx de xxx de xxx, nesta cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, na Primeira DP de Alvorada, presente o Sr.xxx, Delegado de Polícia titular desta DP, comigo, xxx, aí compareceu o DECLARANTE: FULANO, com 38 de idade, filho de xxx, nascido em xxx, RS, aos xxx de xxx de xxx. Residente na xxx, instrução 5ª série do 1º grau, profissão xxx; qualificado como acusado nos autos do xxx da 1ª DP de Alvorada; Cientificado das acusações que lhe são formuladas, alertado sobre seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silêncio, passou a declarar o que segue; **QUE** reside onde alega há dez anos; **QUE** ficou sabendo no dia de ontem que havia ocorrido um homicídio em frente da chácara onde reside; **QUE** descreve a sua residência como sendo um terreno de seis hectares, sendo que a casa fica a uns cem metros da faixa **QUE** é uma casa de madeira, pintada de cor azul, com as janelas marrons; **QUE** arrenda a chácara onde reside; **QUE** diz que tira leite das vacas que possui, mas não faz a entrega do leite, quem faz as entregas é seu filho de 14 anos de idade; **QUE** costuma trabalhar na parte da tarde, fazendo cercas e como agricultor numa outra chácara a uns três km dali; **QUE** não conhece a pessoa de CICLANO nem sabe onde o mesmo reside; **QUE** da mesma forma desconhece quem seja a pessoa de xxx. **QUE** afirma não possuir arma de caça nem revólver; **QUE** há uns cinco anos atrás possuiu um revólver Cal.38, **QUE** trocou por uma vaca com um primo seu, de nome xxx, já falecido, ignorando quem tenha herdado a arma; **QUE** não chegou a transferir o registro para o nome de xxx; **QUE** nunca brigou ou discutiu com a pessoa de CICLANO, nem costuma freqüentar bares; **QUE** não tem inimizade com quem quer que seja das vizinhanças. Nada mais. PR – **QUE** na Quinta-feira passada, dia 23 de setembro, não fez entrega de leite para sua freguesia, quem fez a entrega do leite foi seu filho, conforme já declarou; PR – **QUE** passou a manhã trabalhando na roça; PR – **QUE** no dia 21 de setembro, trabalhou das 13 horas até as 17 horas com o BELTRANO, arrumando a cerca, na propriedade (chácara) situada a três km dali, no xxx, em xxx; **QUE** não sabe dizer o endereço completo, mas poderá apresentá-lo para prestar depoimento, na próxima terça-feira, à tarde; PR – **QUE** já foi processado, em xxx, acusado de ameaças, mas na verdade apenas estava cobrando uma dívida de leite e outros produtos agrícolas, e a pessoa o acusou de ameaça; **QUE** nunca foi processado. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente, que lido e achado conforme, vai por todos assinado.

AUTORIDADE  
DECLARANTE  
ESCRIVÃO

**Texto 2**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA  
POLICIA CIVIL – RS – DPM – 1ª DRM  
PRIMEIRA DELEGACIA DE ALVORADA

**TERMO DE DECLARAÇÕES**

NOME: BELTRANA

DN: xxx RG: xxx REF: xxx

Aos xxx de xxx de xxx, nesta cidade de Alvorada, Estado do Rio Grande do Sul, na Primeira Delegacia de Polícia de Alvorada/RS, presente o senhor xxx, Delegado de Polícia titular, comigo, xxx, Inspetor de Polícia servindo como Escrivão de Polícia, aí compareceu BELTRANA, com xx anos de idade, natural de xxx, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, instrução quarta série do 1º grau, profissão do lar, residente e domiciliada na rua xxx, nesta cidade. Aos costumes disse ser irmã de CICLANO, passando a declarar: **QUE** na manhã do dia em que seu irmão morreu afogado, por volta das nove ou dez horas da manhã, a declarante recebeu um telefonema de FULANO, o qual procurava por seu irmão CICLANO insistindo para que o CICLANO fosse ao aniversário do BELTRANO, que transcorreria num sítio, perto da xxx. **QUE** sabe que CICLANO não queria ir, mas devido à insistência de FULANO, o mesmo acabou indo, **QUE** a depoente ainda ouviu, pelo que CICLANO respondia ao telefone, que o FULANO queria a presença dele no local, **QUE** então CICLANO saiu a pé para ir ao local, depois de almoçar em casa; **QUE** por volta das duas horas da tarde, CICLANO telefonou para casa, para pedir que a declarante ligasse para uma irmã que mora na xxx, em xxx, para saber se os gurus já tinham saído; **QUE** dali a uns vinte minutos, tornou a ligar, dizendo que tentaria encontrar os mesmos no xxx; **QUE** esta foi a última vez que falou com CICLANO; **QUE** mais tarde, por volta das sete ou oito horas da noite, o FULANO, o BELTRANO e a namorada, cujo nome não sabe, o BELTRANO 1, o BELTRANO 2 e mais o BELTRANO 3, cujo nome a depoente também não sabe. Chegaram em casa da depoente, perguntando por CICLANO, mas estavam carregando a mochila e os tênis dele; dizendo que achavam que o mesmo tinha saído pelo mato e voltado para casa; **QUE** o outro irmão da depoente, BELTRANO, insistiu com o FULANO, que acabou por dizer que CICLANO, que também tinha o apelido de CICLANINHO, tinha se afogado; **QUE** o FULANO levou o pai da declarante ao local onde tinha acontecido o afogamento; **QUE** segundo a declarante diz, as versões apresentadas pelos que

estavam no local, são desconstruídas, uns dizem que o CICLANO estava brincando na água, outros dizem que pulou de uma árvore ou que o local tinha dezoito metros de profundidade, quando só tinha quatro; QUE uns tentaram tira-lo de dentro da água, QUE a depoente sabe que estavam no local, naquela ocasião, o FULANO, o BELTRANO 1, o BELTRANO 2 o BELTRANO 3, o BELTRANO 4, BELTRANO 5 e sua namorada, QUE eram todos amigos do CICLANO QUE FULANO, há tempos atrás, usava drogas, maconha, mas já havia parado. QUE não acredita que naquele dia o mesmo tenha usado drogas. QUE há tempos atrás, FULANO tinha discutido, por causa de futebol, com o pai da depoente e com o CICLANO, porém nada havia acontecido recentemente. E como nada mais havia a declarar, manda a Autoridade encerrar o presente que depois de lido e achado conforme, vai por todos devidamente assinado.

AUTORIDADE  
DECLARANTE  
ESCRIVÃO

### Elementos Microestruturais Recorrentes

Os elementos microestruturais recorrentes, legados pela finalidade do texto do TD, denotam a seguinte padronização:

a) no trecho inicial;

Aos xx de xx de xxx nesta cidade de xxx, Estado do Rio Grande do Sul, na xx DP de xxx, presente o Sr. xxxxx, Delegado de Polícia titular desta DP, comigo, xxxxxxxxxxxx, aí compareceu o DECLARANTE: xxx com xxx de idade, filho de xxx, nascido em xxx, RS, aos xxx de xxx de xxx. Residente na xxx, instrução 5ª série do 1º grau, profissão agricultor; qualificado como acusado os autos do xxx da 1ª DP de Alvorada [...]

b) no trecho final;

E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente, que lido e achado conforme, vai por todos assinado.

AUTORIDADE  
DECLARANTE  
ESCRIVÃO

c) no TD do indiciado, conforme o artigo 5º, LXIII da Constituição Federal, é necessário sempre cientificar o depoente das acusações que lhe estão sendo imputadas, e adverti-lo do seu direito constitucional de permanecer calado para manifestar-se somente em juízo;

Cientificado das acusações que lhe são formuladas, alertado sobre seus direitos constitucionais, inclusive o de permanecer em silêncio, passou a declarar o que segue: [...]

d) no TD da testemunha, em conformidade com o Artigo 203 do Código de Processo Penal, é compromissada, na forma da Lei, na parte padronizada do TD;

Aos costumes disse ser irmã de CICLANO, passando a declarar: [...]

e) a elaboração do TD ocorre quando o depoente presta as suas declarações acerca do *fato típico* e, simultaneamente, o policial registra as passagens necessárias à instrução do procedimento que está sendo investigado. Quando o depoente encerra sua fala, essa passagem é sinalizada no texto;

E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente, que lido e achado conforme, vai por todos assinado.

f) caso as informações prestadas pelo depoente não tenham sido suficientes para esclarecer o fato, ou o depoimento esteja contraditório, a autoridade policial o interroga após a sinalização, no texto, da fala do depoente. A inquirição posterior é sinalizada através do PR (perguntado respondeu), recurso que sinaliza a pergunta formulada pela autoridade policial de forma implícita no texto, aparecendo apenas a resposta;

Nada mais. PR – QUE na Quinta-feira passada, dia 23 de setembro, não fez entrega de leite para sua freguesia, quem fez a entrega do leite foi seu filho, conforme já declarou; PR – QUE passou a manhã trabalhando na roça; PR – QUE no dia 21 de setembro, trabalhou das 13 horas até as 17 horas com o BELTRANO, arrumando a cerca, na propriedade (chácaras) situada a três km dali [...].

Os aspectos recorrentes que mostramos até aqui acontecem em virtude da finalidade do TD, que é a instrução do processo penal. Outros aspectos, entretanto, do mesmo modo, recorrentes, são legados, ao nosso entender, pela situação comunicativa que se estabelece no momento da elaboração desse texto. Salta aos olhos, por exemplo, a repetição da conjunção integrante *que* em todos os textos analisados, cujas ocorrências, e percentuais de ocorrência, mostramos na tabela a seguir:

Tabela 1 – Análise quantitativa

TEXTO	NÚMERO DE PALAVRAS	CONJUNÇÃO INTEGRANTE <i>QUE</i>	PERCENTUAL DE OCORRÊNCIA
1	339	26	3,39%
2	479	43	4,79%
3	189	15	1,89%
4	294	23	2,94%
5	430	34	4,3%
6	305	20	3,05%

Por fim, cumpre destacar que todos os textos policiais devem contemplar os sete elementos da investigação policial, que são os seguintes: *o quê; quando; onde; quem; por quê; de que modo; com que intensidade*. Nesse prisma, os elementos da textualidade, apontados por Beaugrande e Dressler (1981), conformam as informações necessárias ao bom andamento do inquérito policial.

A seguir, apresentamos algumas reflexões sobre a macro e microestrutura recorrentes, encontradas no *corpus* de estudo, procurando mostrar seus valores a partir do texto e da situação comunicativa na qual é produzido.

## REFLEXÕES

A descrição do TD demonstra que esse tipo de texto possui características peculiares, pelo modo como é produzido, haja vista a transposição da fala para a escrita, da forma mais rápida possível, considerando que as informações são oriundas do ato conversacional do depoente.

Assim, a conjunção integrante *que* cumpre papéis importantes nesse tipo de texto, considerando a recorrência a um mesmo elemento do universo textual para atrelar as informações do texto. Destarte, além de introduzir novas informações no texto, o seu emprego isenta o escrivão do que está sendo proferido, uma vez que é precedida da elipse do verbo *declarar*, imputando ao depoente a responsabilidade do que está sendo registrado no TD do seguinte modo: *(Ele declarou) que*.

A recorrência ao *que* também se explica pelo fato de a introdução de novas informações ser tarefa do TD no procedimento policial, uma vez que o texto, do modo como é composto, registra fragmentos da fala, como se fosse feito em blocos do tipo *que (isso), que (aquilo)* e, assim, sucessivamente, como uma forma de *empurrar* a progressão. Como na fala, as informações são encadeadas umas às outras, dando continuidade ao texto e tecendo uma cadeia intercalada, que é o depoimento.

Nos dois textos prototípicos, apresentados neste artigo, a conjunção integrante *que* ocupa papel de destaque, sendo grafada, no início da oração, em fonte maiúscula. Esse recurso ocorre somente no início das sentenças, sendo o destaque a forma que o escrivão utiliza para mostrar-se imparcial diante das declarações, marcando o ponto no qual o depoente encadeia o seu raciocínio, que é assinalado sempre que a conjunção integrante ocorre no início da oração.

Esse tipo de marcação também se presta para demonstrar contradições no depoimento, fundamentais para a tarefa investigativa ou acusatória, como a constante no Texto 1 **QUE** *já foi processado, em Viamão, acusado de ameaças, mas na verdade apenas estava cobrando uma dívida de leite e outros produtos agrícolas, e a pessoa o acusou de ameaça; QUE* *nunca foi processado.* Aqui duas conjunções integrantes denotam declarações contraditórias do depoente, o qual diz, no primeiro momento, [...] *que já foi processado em Viamão [...]*, e, posteriormente, em ato contínuo de declaração, menciona [...] *que nunca foi processado[...]*.

Insta apontar, também, que o texto é formado por sequências descritivas, que são aquelas nas quais aparece o nome, a profissão e o endereço do depoente, nome da autoridade policial, do escrivão de polícia, enfim, os dados necessários à caracterização das partes envolvidas no texto. A parte das declarações é determinada pela linguagem persuasiva, própria do direito, a serviço do convencimento. A forma narrativa que compõe o TD organiza os fatos para construir uma seqüência lógica, para que esse possa ser enquadrado dentro dos autos como documento comprobatório.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do TD traz à luz um tipo de texto importante, que é pouco conhecido pelo meio acadêmico, e pela sociedade em geral. O fato de ser documento confidencial, de acesso restrito, provavelmente configura o seu caráter restrito como objeto de estudo. Nesse sentido, destacamos a tripartição que efetuamos na linguagem jurídica, no início deste artigo. O fato de ser produzido na base da pirâmide causa opacidade ao TD da Polícia Civil, pois esse documento é feito novamente no Judiciário, quando as partes são reinquiridas. Essa prática distancia o texto policial do processo penal, até porque ele conforma a fase embrionária.

Conforme aponta Plath (2009, p.52), o Rio Grande do Sul conta com 525 Delegacias de Polícia, nas quais tramitam diversos inquéritos policiais em andamento. A realização de pesquisas nesse vasto universo certamente irá mostrar os diferentes tipos de atividades desenvolvidas no âmbito das atribuições da Polícia Judiciária, atividades geralmente desconhecidas pela comunidade.

Não obstante, a pesquisa pode também contribuir para o desenvolvimento de conteúdos programáticos em disciplinas de Redação Técnica, ministradas nos cursos de formação de Delegados, Inspetores e Escrivães de Polícia da Academia de Polícia Civil do nosso Estado.

Cabe salientar, por fim, que a Secretaria Nacional da Segurança Pública – SENASP incentiva a qualificação da redação policial por meio de disciplinas que são ministradas através de cursos à distância. A Polícia Civil gaúcha contratou, em meados de 2005, e também em 2011, uma empresa na área de consultoria para melhorar a totalidade dos serviços prestados pelos policiais à comunidade. Inclui, nessa totalidade, a qualidade do texto do TD.

O TD permite pesquisar, à luz dos estudos da linguagem, outros aspectos de textualidade, tais como a produção textual específica do TD, a construção do *eu* do discurso, a subjetividade do escrivão de polícia, a polifonia, entre outros. Enfim, é possível envolver, nessa pesquisa, muitos referenciais teóricos, considerando TDs como textos ricos em dados para a formação do *corpus*, já que a atividade principal das polícias científicas do Brasil é o inquérito policial.

Este trabalho tratou de uma pequena porção de um grande universo textual. O pouco observado, entretanto, mostra as diferentes possibilidades e potencialidades de uma exploração futura em maior escala e profundidade. Em que pese a pequena dimensão do *corpus*, a perspectiva gerada pela pesquisa ampliada aponta uma via de mão dupla: o professor da disciplina Redação Técnica da Academia de Polícia terá novos subsídios para o ensino do conteúdo, ao mesmo tempo que os estudos da linguagem estendem sua atenção para um texto pouquíssimo explorado.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988;  
 BRASIL, Decreto-lei nº3.689, de 3 de outubro de 1941. Dispõe sobre o Código de Processo Penal;  
 DE BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. V. *Introduction to Text Linguistic*. London: Longman, 1981. p.3ss;  
 HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976;. p.4  
 HOFFMANN, L. *Llenguatges d'especialitat*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. Institut. Universitari de Lingüística Aplicada, 1998. p.77;  
 JENNY, Laurent. A estratégia da forma. In: *Poétique*, nº27. Coimbra: Livraria Almedina, 1979;  
 SANCHEZ, A.; CANTOS, P. Curso de Espanhol. Madri: SCEL. 1996, p.8-10;  
 TRAVAGLIA, L. C. (1991). *Um estudo textual-discursivo do verbo no português*. Campinas. Tese de Doutorado / IEL / UNICAMP, 1991. p.56.  
 PLATH, Maria Izabel. *Estudo preliminar da terminologia empregada pela Polícia Civil do RS no boletim de ocorrência policial*. UFRGS, 2009. Dissertação de mestrado. p.52.